

# Corporativismo mesquinho

7 III 1937

Que pag A-2

Constitui um equívoco lamentável, embora de tradição arraigada no país, a pretensão de legislar em âmbitos da vida civil que já são regulados pela própria dinâmica social. O resultado é geralmente a usurpação de um direito adquirido, em benefício de uma parcela menor da sociedade.

Contra essa tendência, foi com esperança que se leu há pouco tempo o parágrafo sobre a liberdade profissional, apresentado no anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos. O texto prima pela limpidez e concisão, tão raras em nossos dias: "A lei não poderá impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento e das artes". Como é sensato e cabível nesse caso, estabelece apenas que não se pode interferir com o ferro da lei numa esfera onde aptidão e talento devem valer como o melhor, senão o único, critério.

É no mínimo espantoso que uma tese tão importante possa ter sido preterida para atender a interesses particulares, como na recente proposta da Comissão de Sistematização. Tenta-se preservar supostas prerrogativas — a saber, o direito de quem possui um diploma —, mas não se percebe que

esse dispositivo é, quando muito, um mero cerceador para a criatividade e um desestímulo aos profissionais; reserva-se o mercado aos detentores de um certificado, mas estanca-se a evolução cultural e científica, tão cara ao progresso do país.

É bom nunca esquecer que os defensores do modelo corporativista em geral descaram do fato de que grande número de faculdades brasileiras foram criadas dentro de um sistema de retribuição de favores, e que a obrigatoriedade de título acadêmico, em determinadas áreas, só foi instituída pela necessidade de absorver os formandos dessas escolas.

É importante, por isso, que uma proposta tão legítima como a do projeto Arinos seja resgatada e distinguida da demagogia e da pretensa liberalidade de alguns parlamentares constituintes. É desaconselhável qualquer interferência nesta esfera, sob o risco da estratificação e do imobilismo. É preciso, antes, fomentar a competição saudável entre os profissionais. Com isso, o interesse geral pode ser preservado, fazendo com que a inteligência não sucumba ao corporativismo mesquinho que impera no país.